

CONTRATO CNJ Nº 048/2008

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARES GEOGESTÃO BUSINESS SERVER – VERSÃO 4.0, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA (Pregão Eletrônico CNJ Nº 030/2008 - Processo Administrativo nº 333.292)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Juiz do Trabalho em Auxílio à Presidência e Secretário-Geral em exercício **Dr. Rubens Curado Silveira**, RG nº 1882362 SSP/DF e CPF nº 587.775.631-15, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 160, de 31 de julho de 2008, e a empresa **NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA**, com sede no SRTVS 701, conj. L, bloco 1, sala 733, Ed. Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70 340-906, CNPJ nº 05.255.748/0001 - 59, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **Aclair Rodrigues Braga**, RG nº 4.513.104 SSP/MG e CPF nº 634.684.176 - 91, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO CNJ n.º 30/2008, publicado no DOU do dia 26/12/2008, e a respectiva homologação, conforme fls. 473 do Processo n.º 333.292, celebram o presente contrato observando-se as normas constantes nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico do software GeoGestão Business Server – versão 4.0 (item 3 – Pregão Eletrônico nº 30/2008), com as especificações constantes no Termo de Referência.



DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente Contrato será por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local da prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do **CONTRATANTE**;
- b) fiscalizar o fornecimento do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- c) atestar a execução do serviço deste contrato por meio de Gestor a ser designado;
- d) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato;
- e) solicitar a troca dos serviços que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- f) comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços e solicitar sua imediata interrupção se for o caso.


CLÁUSULA QUARTA - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

I – Cumprir fielmente as obrigações estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

II – Prestar serviços de atualização de versão e suporte técnico do software GeoGestão Business Server – 4.0;

III – Prestar serviços à **CONTRATADA**:

- a) de maneira que o *software* utilizado esteja atualizado e disponível, compreendendo a correção de falhas em seu funcionamento, identificada pelo **CONTRATANTE**;
- b) fornecendo mídia (CD-ROM ou DVD-ROM) ou habilitando o **CONTRATANTE** para *download* via internet das novas versões, atualizações e evoluções do *software* especificado no Termo de Referência, incluindo *patches*, *updates*, *service packs*, novos *releases* e funcionalidades, bem como *upgrades* para novas versões de mercado e lançamentos, independentemente de solicitação do **CONTRATANTE**;



- c) disponibilizando atendimento pelo telefone, e-mail e "on site", sendo que, neste último caso, a intervenção da **CONTRATADA** deverá se dar em até 48 (quarenta e oito) horas da abertura do chamado pelo telefone ou por e-mail;
 - d) realizando os atendimentos de segunda a sexta-feira, das 09 às 19 horas, mediante a abertura de chamados de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;
 - e) observando o SLA (Service Level Agreement – Acordo de Nível de Serviço), que está estabelecido pela relação entre o nível de criticidade da solicitação e o prazo para seu atendimento conforme consta do Termo de Referência;
 - f) atendendo às Ordens de Serviço emitidas pelo **CONTRATANTE** nos termos da alínea *f* da Cláusula Terceira deste Contrato;
- IV – Prestar os serviços na sede do **CONTRATANTE** ou nas sedes dos Tribunais de Justiça nas capitais, conforme definido na Ordem de Serviço;
- V – Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços tais como: mão-de-obra, encargos sociais, impostos de toda e qualquer natureza e direitos trabalhistas, auxílio-alimentação, diárias e outras que incidam sobre a execução do contrato.

DA GARANTIA

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de garantia, atualização de versões e assistência técnica é de 12 (doze) meses, a contar da instalação do software.

Parágrafo único - Os custos decorrentes da garantia, atualização de versões e assistência técnica do software estão inclusos no preço contratado.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contada da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

Parágrafo único – Os serviços terão início imediatamente após a assinatura do contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA - O valor do presente contrato é de R\$ 215.000,00(duzentos e quinze mil reais).

DO REAJUSTE

CLÁUSULA OITAVA – O preço será fixo e irrevogável, nos termos da legislação em vigor.



DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA NONA - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Programa de Trabalho: 0212613891k270001, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, consignado ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União de 2008, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2008NE 000359, datada do dia 30/12/2008.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DEZ - A execução do objeto deste contrato será fiscalizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação do CNJ, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

Parágrafo único – A ação do Gestor não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA ONZE - Os serviços de atualização de versão e suporte técnico serão recebidos após a apresentação, pela **CONTRATADA**, das Notas Fiscais relativas à prestação dos serviços e verificação de sua conformidade com o Termo de Referência, mediante "atesto".

Parágrafo primeiro - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções nos serviços, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo - O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DOZE - Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos serviços, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor.

Parágrafo primeiro – As notas fiscais e os documentos exigidos no Edital do PE/CNJ n.º 30/2008 e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na sede do **CONTRATANTE**, situado no Anexo I do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes, s/n.º, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.175-900.

Parágrafo segundo – Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos da **CONTRATADA** comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal,



ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA TREZE - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, desde que a **CONTRATADA** não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

CLÁUSULA CARTOZE - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o **CONTRATANTE**, as sanções administrativas aplicadas à **CONTRATADA** serão:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor unitário estimado da atualização de versão, por hora de atraso, em caso de não-atendimento da Ordem de Serviço aberta para a prestação de suporte técnico "on site" ou do SLA (Service Level Agreement - Acordo de Nível de Serviço) previsto no Termo de Referência;

b.2) 0,2% (dois décimos por cento) do valor unitário estimado da atualização de versão, por dia de atraso, em caso de não-cumprimento das demais obrigações previstas no contrato e/ou Termo de Referência, no caso de atraso de até 30 dias;

b.3) 0,4% (quatro décimos por cento) do valor unitário estimado da atualização de versão, por dia de atraso, em caso de não-cumprimento das demais obrigações previstas no contrato e/ou Termo de Referência, no caso de atraso superior a 30 dias;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.



Parágrafo segundo - As sanções previstas nas alíneas *a*, *c* e *d* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente, com a pena de multa.

Parágrafo terceiro - Aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

Parágrafo quarto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUINZE – A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

CLÁUSULA DEZESSEIS – As partes somente poderão alterar as Cláusulas constantes deste ajuste nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, via termo aditivo.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DEZESSETE – Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/93.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DEZOITO - Aplicam-se a este Contrato as normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005.



DO FORO

CLÁUSULA DEZENOVE – Fica eleito o foro da Justiça Federal/Seção Judiciária de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Brasília, 30 de dezembro de 2008.

Pelo **CONTRATANTE**

Pela **CONTRATADA**



Dr. Rubens Curado Silveira
Juiz do Trabalho em Auxílio à Presidência e
Secretário-Geral em exercício



Aclair Rodrigues Braga
Diretor Executivo,

